

RESPOSTA Nº 009-2014

PROCESSO : **Nº 55470723**

CONCORRÊNCIA : **Nº 004-2013** — Contratação de empresa de engenharia para a Execução das Obras e Serviços para a implantação do "Corredor Goiás - BRT Norte-Sul", consistindo na construção, reforma e ampliação de terminais de integração, construção das estações de embarque e desembarque, implantação de obras de arte tipo trincheiras e viário urbano, todos pertencentes ao Sistema Integrado de Transportes Coletivos da Região Metropolitana de Goiânia, conforme especificações e elementos técnicos constantes no edital e seus anexos.

A CPL da CMTC vem através deste responder a Solicitação de Esclarecimento feita por empresa interessada em participar do processo de Concorrência, acima mencionado.

Solicita o seguinte esclarecimento:

1 - No edital é possível se verificar que existem 03 (três) prazos para a apresentação de questionamentos ao presente Edital, a saber:

a. Nas "Informações Iniciais" verifica-se que foi adotada a data de 23 de outubro de 2014 como prazo para a apresentação de pedidos de esclarecimentos sobre o Edital e Anexos, conforme transcrição abaixo:

"Pedido de esclarecimentos ao edital: Deverão ser formulados **até o dia 23 de Outubro de 2014** e poderão ser entregues diretamente na Comissão de Licitações da Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos, localizado na 1ª Avenida nº 486 Setor Leste Universitário Goiânia – Goiás. Os questionamentos deverão ser enviados via e-mail, endereçados cpl.cmtc.goiania@gmail.com. A Comissão de Licitação responderá por meio de publicação no site: <http://www.goiania.go.gov.br/html/licitacao/principal.shtml>. Em hipótese alguma serão respondidos questionamentos por telefone."

b. O item 14.2 dispõe que é possível se solicitar esclarecimentos sobre documentos do edital desde que solicitados no prazo de até 05 (cinco) dias úteis anteriores à entrega dos Documentos de Habilitação, cujo teor transcrevemos abaixo:

"14.2 - Esclarecimentos sobre os Documentos poderão ser feitos pela CPL desde que os interessados façam a solicitação **até o quinto dia útil anterior a data de entrega do envelope de Documentação de Habilitação**, ou seja, dia 02 de Julho. Quaisquer esclarecimentos e informações deverão ser encaminhados à CPL da CMTC através de carta ou fax, no endereço indicado no "Aviso de Licitação". A Comissão

responderá por escrito, pelas mesmas vias. Serão afixadas no Quadro de Avisos, cópias das respostas a tais perguntas, sem identificação de sua autoria.”

c. O item 23.15 dispõe que qualquer pedido de esclarecimento poderá ser feito em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data estabelecida para abertura do Certame, transcrito abaixo:

“23.15 - Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus anexos deverá ser encaminhado por escrito à Comissão Permanente de Licitação por meio de carta, telegrama, e-mail ou telefone/fax, enviados ao endereço abaixo, até 02 (dois) dias úteis antes da data da abertura do certame.”

Tendo em vista que quanto mais esclarecimentos forem prestados maior segurança e solidez terá a proposta dos licitantes, entendemos que o prazo mais extenso é o prazo ideal para apresentação de pedidos de esclarecimentos. Está correto nosso entendimento?

Resposta: Sim está correto o seu entendimento e, portanto, os pedidos de esclarecimentos recebidos até o dia 29 de Outubro (via e:mail) serão respondidos pela CPL – CMTC.

Reajuste

2. Verifica-se que nas “Informações Iniciais” do Edital nº 004/2013, a data base da planilha de preços é de abril /2014, conforme estabelecido na redação abaixo:

“Estimativa do valor do contrato: R\$ 322.735.809,23 (Trezentos e vinte e dois milhões, setecentos e trinta e cinco mil, oitocentos e nove reais e vinte e três centavos), na **data base: Abril/2014.**”

O referido Edital ainda estabelece no item 13.1 da Cláusula 13ª do Anexo II (Minuta de Contrato) que “13.1. O presente Contrato poderá ter o seu valor reajustado sempre que, durante a sua vigência, sejam transcorridos **12 meses após a data base da proposta de preços apresentada,**”.

Sabendo-se que o direito ao reajuste é garantido constitucionalmente no inciso XXI do art. 37 (XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, **mantidas as condições efetivas da proposta**, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.), ou

seja, para o correto cumprimento das obrigações da Contratada, faz-se necessário que as condições efetivas da proposta sejam mantidas, que se entende como sendo as reais condições e preços necessários para a execução e conclusão do objeto contratado.

Tendo em vista que na data de apresentação da Proposta, esta já seria oferecida com uma defasagem relativa ao lapso de tempo de aproximadamente 07 (sete) meses, entre a data base dos preços (abril/2014) e a efetiva apresentação da Proposta (novembro/2014), indaga-se qual o mecanismo que deverá ser utilizado por essa CPL para a correção desses valores.

Resposta: Considera-se para efeito de reajuste a data base da proposta de preços (abril 2014), foram utilizados como base os itens e custos unitários especificados no SINAPI e os mesmos devem ser considerados como limites máximos.

Diferença salarial

3. O Edital nº 004/2013 estabelece que os limites estipulados nas composições de preços unitários deverão ser respeitadas, sendo impossível aos licitantes ultrapassarem esses valores, sob pena de desclassificação da proposta de preço.

Nesse contexto, tem-se que os valores fixados como teto nas composições de preços unitários, no caso específico da mão-de-obra (por exemplo: servente), encontra-se com margem de até 10% a menos do que nas Convenções Coletivas que regem as relações trabalhistas dessa categoria.

No intuito de ilustrar a situação acima narrada, expomos o seguinte exemplo, cuja planilha com as comprovações seguem anexas ao presente pedido de esclarecimentos:

COBE	84040	COBERTURACOMTELHADEACOZINCADO,TRAPEZOIDAL,ESPESSURADE0,5MM,INCLUINDOACESSORIOS	M2	COEFICIENTE	CUSTO UNITÁRIO	TOTAL	SALÁRIOS S/ ENCARGOS
INSUMO	1607	CONJUNTOARRUELASDEVEDACAO5/16"P/TELHAFIBROCIMENTO(UMAARRUELA METALICAUEMAARRULAPVC-CONICAS)	CJ	2,0500	0,2500	0,51	
INSUMO	2700	MONTADOR	H	0,0710	14,8400	1,05	7,72
INSUMO	6111	SERVENTE	H	0,0514	6,3300	0,33	3,29
INSUMO	7243	TELHAACOZINCADOTRAPEZOIDALES P=0,5MM	M2	1,1900	26,1800	31,15	
INSUMO	11029	HASTERETAP/GANCHOFGC/ROSCA-1/4"X30CM-P/FIXACAOTELHAMETALICA-INCLPORCAEARRUELASDEVEDACAO	CJ	2,0500	0,8700	1,78	
					CUSTO =	34,82	
					BDI =	28,1%	9,78
					PV =	44,60	

92,27	ENCARGOS
-------	----------

Salário base segundo a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT):

Servente R\$ 3,65, sem Leis Sociais.

Edital – Composição de cobertura com telhado zincado (84040):

Servente: R\$ 3,29, sem Leis Sociais.

Diante disso, resta evidente que as licitantes, caso sejam obrigados a seguir literalmente a previsão editalícia, no tocante à impossibilidade de orçar valores acima do estipulado no Edital, acabarão contrariando a Lei, o que tornaria sua proposta de preço ilegal, apesar de em consonância com o instrumento convocatório.

Isto posto, entendemos que o orçamento das licitantes poderá ser realizado com base nos preços unitários atuais e de acordo com as Convenções Coletivas então vigentes, na hipótese da mão-de-obra, ainda que superiores, em termos unitários, aos estipulados nas composições de preços unitários que compõe a planilha de orçamento do Edital.

Está correto nosso entendimento?

Resposta: A CPL - CMTC entende que o valor da planilha deverá ser seguido, sendo que para a assinatura do contrato a licitante vencedora e a contratante deverão proceder a formalização de Processo Administrativo específico para sanar tal divergência.

Equipamentos e Materiais

4. Analisando os projetos de arquitetura disponibilizados (Anexo IX, Volume 10, pasta Estações Tipo) pudemos verificar que estes diferem dos que são apresentados no Relatório Técnico (Anexo IX, Volume 3) bem como, em nenhum dos dois casos, os projetos coincidem com as especificações e serviços descritos na planilha orçamentária. O mesmo acontece em relação aos documentos disponibilizados para os Terminais. A seguir listamos algumas diferenças encontradas para as Estações-Paradas e também para os Terminais, que não abrangem a totalidade de diferenças da planilha, pois se tratam somente de alguns exemplos demonstrados neste questionamento.

Exemplos nas estações tipo:

a) Não há na planilha: portas automáticas da plataforma, piso em gradil eletrofundido, forro em telha, guarda-corpo e guarda-corpo com chapa expandida das



plataformas, pisos podotáteis, impermeabilização das lajes de cobertura, aplicação de verniz nas lajes;

b) Não descreve os serviços necessários para adequação (demolições) do Terminal Cruzeiro;

c) A cobertura especificada no projeto da pasta de arquitetura não condiz com o que está informado na planilha orçamentária:

Em projeto: cobertura tipo sanduíche com isolamento em PU;

Em planilha: cobertura em telha zincada e isolamento térmico com lã de vidro (e este isolamento possui área menor do que a área de cobertura).

Exemplos nos terminais:

a) Mesmo problema apresentado para o sistema de cobertura nas estações tipo (letra c acima);

b) Não há na planilha: forro em painel isotérmico, cobertura em vidro temperado/laminado, impermeabilização de lajes de cobertura, esquadrias com vidros blindados, espelhos dos banheiros, acessórios sanitários (trocadores de bebê, barras de apoio, etc), divisórias dos boxes sanitários em laminado melamínico TS, portões metálicos tipo veneziana (encontrado no Terminal Cruzeiro);

c) A planilha agrupa modelos diferentes de bacias sanitárias (convencionais e para deficientes físicos);

d) As bancadas estão especificadas de forma diferente:

Em projeto: em granito;

Em planilha: mármore sintético.

Diante do citado acima, pergunta-se:


1) Entendemos que equipamentos tecnológicos e sistemas tais como (e não se limitando a estes) as portas automáticas das plataformas (citadas acima), catracas eletromecânicas, câmeras de vídeo, painéis de informações eletrônicas, sistemas de comunicação entre estações/terminais, TVs para informações, centro de controle operacional, etc, não fazem parte do escopo deste certame, sendo estes fornecimentos e serviços de responsabilidade da Contratante. Está correto o nosso entendimento? Se não, como proceder?

Resposta: Seu entendimento está correto, para o fornecimento das portas automáticas, catracas eletromecânicas, sistema de videomonitoramento, sistema de informações aos usuários e demais itens da rede de lógica um novo certame será realizado para esta contratação.

2) Entendemos que diante das diferenças encontradas entre a planilha e os projetos disponibilizados com o edital 004/2013 (Anexo IX), devemos considerar somente os serviços e quantitativos especificados na planilha disponibilizada nos anexos VI e VIII. Está correto o nosso entendimento? Se não, solicitamos o envio das planilhas revisadas (Anexo VI e Anexo VIII), informando quais os documentos de projeto que foram considerados.

Resposta: Sim está correto o seu entendimento, a planilha sempre prevalecerá sobre os demais anexos que se referem a Projetos.

Goiânia, 23 de Outubro de 2014.



Eng. Benjamin Kennedy Machado da Costa
Presidente CPL – CMTC